

A propagabilidade midiática de expressões trans(-)viadas: ressignificação de ofensa em potência

The media propagability of transgender expressions:
the resignification of offense into potency

La propagabilidad mediática de expresiones trans:
resignificación de ofensa en potencia

Ettore Stefani de Medeiros

Universidade Federal de Minas Gerais | ettoremedeiros@gmail.com

Caio Benevides Pedra

Universidade Federal de Minas Gerais | caiopedra@gmail.com

Resumo: Vivemos em uma cultura cis-heteronormativa, que considera abjetos os corpos que são estranhos às expectativas de gênero e sexualidade. Situado nesse contexto, o artigo visa compreender de que forma produções em vídeo de pessoas trans/travestis, propagadas e popularizadas online, inspira(ra)m subversivamente a resignificação de injúrias. Para tanto, ancoramo-nos metodologicamente na teoria *queer* e em reflexões de intelectuais de mídia e gênero. Nosso *corpus* é formado por quatro vídeos, que mostram pessoas que se autoidentificam como “bicha”, “viado” e/ou “travesti”: Laila Dominique, Vanessa, Deborah Palhari e Luísa Marilac. A investigação é desenvolvida a partir da análise desses audiovisuais, bem como de sua repercussão midiática. Consideramos que, mais que dar novos sentidos aos termos, essas pessoas trans(-)viadas resignifica(ra)m contextos e as situações vexatórias em que foram inseridas, abrindo caminho para outras pessoas fazerem o mesmo.

Palavras-chave: trans; travesti; transviada; propagabilidade; mídia.

Abstract: We live in a cis-heteronormative culture which considers bodies that are foreign to expectations of gender and sexuality abject. Situated in this context, this article aims to understand how video productions of transgender people, propagated and popularized online, inspire(d) subversively the resignification of insults. Therefore, we methodologically anchor ourselves in queer theory and in reflections of media and gender intellectuals. Our corpus consists of four videos, which show people who self-identify as “faggot”, “queer” and/or “shemale”: Laila Dominique, Vanessa, Deborah Palhari and Luísa Marilac. The investigation is developed from the analysis of these audiovisuals, as well as their media impact. We believe that, more than giving new meanings to the terms, transgender people reframe(d) contexts and vexatious situations in which they were inserted, opening way for a series of other people to do the same.

Key words: transgender; shemale; queer; propagability; media.

Resumen: Vivimos en una cultura cis-heteronormativa que considera abyectos los cuerpos ajenos a las expectativas de género y sexualidad. En este contexto, el artículo tiene como objetivo comprender cómo las producciones de video de personas trans/travestis, propagadas y popularizadas online, inspiran subversivamente la resignificación de los insultos. Por lo tanto, nos anclamos metodológicamente en la teoría *queer* y en las reflexiones de intelectuales de género y de medios. Nuestro corpus consta de cuatro videos, que muestran a personas que se autoidentifican como “maricones”, “putos” y/o “travestis”: Laila Dominique, Vanessa, Deborah Palhari y Luísa Marilac. La investigación se desarrolla a partir del análisis de estos audiovisuales, así como de su impacto mediático. Creemos que, más que dar nuevos significados a los términos, estas personas trans dan nuevos significados a los contextos y situaciones desconcertantes en las que se insertaron, abriendo el camino para que una serie de otras personas hagan lo mismo.

Palabras clave: trans; travesti; queer; propagabilidad; medios.

Introdução

Há um contrato que determina que viver em sociedade é viver em heterossexualidade (WITTIG, 2016) e cisgeneridade, já que habitamos em um mundo em que opera a cis-heteronormatividade (MATTOS; CIDADE, 2016; WARNER, 1994). Esta é “uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero” (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 134). Nessa lógica, corpos estranhos às expectativas de gênero e de sexualidade apresentam-se de forma fantasmática, são colocados como inferiores em uma hierarquia de valor e evidenciam-se como abjetos, cuja vida seria menos valiosa (LOURO, 2018; BUTLER, 2019; 2015). Tal hierarquização atinge de forma violenta corpos que performam feminilidades, sejam de mulheres trans/travestis ou de homens homossexuais efeminados.

Termos como “travesti”, “bicha” e “viado”, pronunciados até pouco tempo atrás majoritariamente como insulto e injúria, deixam pouco a pouco de ser parte da violenta trama homotransfóbica e dos exercícios desclassificatórios. Tais significantes – ora pejorativos – ganham novos significados quando corpos abjetos o utilizam com a finalidade de se autodenominar (PRECIADO, 2014; BUTLER, 2019). Mais do que isso, o uso dessas expressões rompe com certa lógica reprodutivo-normativa e desencadeiam práticas criativas de ser e estar no mundo, latentemente contestadoras da cis-heteronormatividade e do preconceito contra pessoas LGBTQ+¹ (MEDEIROS, 2020).

Situado neste contexto, o artigo visa compreender de que forma produções em vídeo de pessoas trans/travestis, propagadas e popularizadas online, inspira(ra)m subversivamente a ressignificação de injúrias. Para tanto, ancoramo-nos metodologicamente na teoria *queer* e em reflexões de intelectuais de mídia e gênero. Nosso *corpus* é formado essencialmente por quatro vídeos, que mostram pessoas que se autoidentificam como “bicha”, “viado” e/ou “travesti”: Laila Dominique, Vanessa, Deborah Palhari e Luísa Marilac. Nossa investigação é desenvolvida a partir da análise desses audiovisuais, bem como de sua repercussão midiática. Nas partes em que citamos pela primeira vez os vídeos, há notas de rodapés sucintas que os descrevem técnica e narrativamente, bem como *links* que permitem acesso direto a eles.

Homotransfobia e corpos que não são vistos como vidas

Pesquisas recentes, principalmente as realizadas com estudantes LGBTQ+, demonstraram que gays masculinos (homens cis, em sua grande maioria) que se comportam de maneira efeminada têm negada a todo o momento a sua identidade masculina e o seu *status* de homem, sendo chamados por adjetivos femininos e comparados a mulheres (CONNELL, 2003; BORRILLO, 2010; NONATO, 2020). Já as mulheres trans e travestis são comumente reconhecidas e tratadas como homens nas escolas, apesar de se identificarem com o gênero feminino e construírem uma expressão de gênero feminina (ABGLT, 2016). Para os estudantes gays efeminados, o “ser homem” aparece como um nível

¹ Grupo social formado por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e outras que não se enquadram nas normas e convenções sociais de gênero, sexo e sexualidade.

inatingível e não merecido, enquanto, para as trans e travestis, trata-se de uma sentença irreversível. A suposição da presença do pênis nos corpos dessas pessoas de identidade feminina (mas que nasceram com um sexo biológico considerado masculino) é vista como um ponto insuperável pela parte agressora, enquanto no corpo de quem performa feminilidade – mas reivindica a identidade de gênero masculina – é um detalhe totalmente sem importância. Ter ou não ter pênis possui a relevância que a discriminação deseja. Desse modo, a homotransfobia não se preocupa em ser coerente: ela só deseja inferiorizar e desumanizar alguns sujeitos (PEDRA, 2020a).

Voltando-nos para os corpos trans e travestis, são perceptíveis os estigmas que os atingem. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), 90% das travestis e mulheres trans brasileiras sobrevivem exclusiva ou principalmente da prostituição. Nesse contexto é que se justifica a grande procura por silicone industrial e por métodos mais baratos de se construir uma expressão de gênero que aumente a passabilidade social e o valor financeiro daquele corpo. Ainda assim, a busca pelo corpo feminino é inacessível para muitas pessoas, sendo estas as principais vítimas do preconceito e da transfobia. Quando uma mulher trans é impedida de usar um banheiro em um shopping, destrutada em uma loja ou ridicularizada por estranhos na rua, ainda que não tenha se apresentado como mulher trans ou travesti, o que a sociedade está dizendo é que seu corpo a denunciou, que sua expressão de gênero não é ainda apazível e que as normas impostas pelo binarismo de gênero não foram completamente atingidas (PEDRA, 2020b).

As normas de gênero, para Butler (2016), relacionam-se profundamente com a aparência e determinam quem será estigmatizado e quem pode se tornar objeto de fascinação ou de consumo. O campo da aparência se regula de forma que nem todos os seres são sujeitos reconhecíveis: ele não admite todas as pessoas. As normas separam as pessoas entre as legíveis e elegíveis ao reconhecimento, bem como aquelas que, de alguma maneira, ainda não cumpriram os requisitos impostos para serem reconhecidas como os sujeitos que são. E a essas pessoas são sempre destinados os tratamentos mais violentos e vexatórios.

Quando o extermínio e a violência contra um grupo se tornam o destino esperado, e os privilégios de outros não causam mais espanto na sociedade, é sinal de que a discriminação foi naturalizada. A manutenção de relações assimétricas que mantêm a inferiorização de determinados grupos é parte tão natural dos costumes, do dia a dia, que não é capaz sequer de causar revolta ou reflexão. É essa naturalização de determinadas discriminações que lhes asseguram o caráter estrutural (PEDRA, 2020b).

Os exemplos são inúmeros, como no caso Dandara, travesti cearense morta em 2017 por um grupo de jovens que a espancou com paus e pedras à luz do dia, diante da vizinhança que assistia e filmava sem intervir. Meses depois, Helena Vieira, ativista trans cearense e amiga de Dandara, deu uma entrevista à TV local em que afirmou que o corpo de Dandara não foi capaz de causar empatia nas pessoas que assistiram ao crime (QUEM MATOU..., 2017). Para a ativista, uma mulher cis, uma pessoa idosa ou um animal talvez fossem capazes de causar alguma reação em alguém, de provocar uma ajuda, um socorro, mas Dandara não foi. Seu espancamento não causou dor ou comoção. Seu corpo

não foi digno de ajuda. Sua simples existência (descrita como alegre e simpática) talvez fosse mais chocante que as cenas filmadas. É sobre casos como este, infelizmente ainda tão comuns, que Butler (2015, p. 33) reflete, ao afirmar que não há vida sem a condição de ser enlutada, mas apenas “algo vivo”, “uma vida que nunca terá sido vivida” e que não será enlutada quando perdida.

A resignificação de “travesti”, “bicha” e “viado”: de ofensa para potência

Como forma de agressão simbólica, termos como “travesti”, “bicha” e “viado” têm sido historicamente utilizados de forma pejorativa, marcando um lugar de preconceito em que aquelas/es que subvertem a cis-heteronormatividade são vistas/os como desviantes. Tais expressões – ao serem ditas depreciativa e violentamente a uma travesti, a um gay, a uma pessoa trans ou *queer* – reforçam que aqueles corpos são um/a outro/a, um ser abjeto (BUTLER, 2019). Isto ocorre porque – no contrato heterossexual e cisgênero – a transgeneridade, a homossexualidade e a não binariedade têm como base comparativa a heterossexualidade, a cisgeneridade e um regime dicotômico. Logo, pessoas travestis, trans, *queer*, lésbicas e gays são vidas em contrapontos, existências em desvios.

Em nível nacional, “travesti”, “bicha” e “viado” foram construídos como injúrias, termos odiosos utilizados historicamente para ofender (TREVISAN, 2018). Até os anos 1980, “macho” e “bicha”, segundo nos ensina Nogueira (2017, p. 105), eram as palavras utilizadas para separar (e hierarquizar) corpos: sendo “macho” o “homem que penetrava mulheres ou outros homens”, e “bicha” a pessoa com pênis que era penetrada. Os significantes, nesse contexto, assumiam caráter ofensivo e inferiorizado que se atribuía a quem não performava o ideal viril e penetrador, quem “traía/trai a masculinidade e a sociedade dos homens”, por supostamente negar a masculinidade que lhe foi imposta ao nascer.

O fator determinante aqui não era o fato de se relacionar com um homem, mas sim o papel desempenhado nessa relação, que justificava a desconsideração social: ser penetrado/a ou manter qualquer comportamento considerado feminino. Tal caráter inferiorizador revestia a ofensa de um poder coator, pois, mais que ofender, a simples ameaça de ser chamado/a publicamente de “travesti”, “bicha” ou “viado” (e, assim, ser desrespeitada/o, deslegitimada/o e desumanizada/o) já era um medo constante que determinava diretamente os comportamentos desses sujeitos (NOGUEIRA, 2017; GREEN, 2019).

Nogueira (2017) também considera que, por mais difícil que seja resignificar a injúria e seu potencial subalternizante, a autorreferência com qualquer termo comumente utilizado pela sociedade como ato odioso ou ofensivo é um movimento político. Tanto o autor quanto Butler (2019) expressam que isso resignifica o xingamento e enfraquece a parte agressora. Injúrias deixam de ser ofensa para se tornarem potência, qualidade daquilo que é potente, que tem vigor. Transmuta-se a negatividade em força.

Travestis subversivas nas mídias: injúrias como autodenominação e não ofensas

Travestis, gays, lésbicas, pessoas trans e/ou *queer*, ao se chamarem em pares de nomes ora pejorativos, reivindicam uma identidade de *si*, e não de *outro/a*, convertendo a

violência a elas e a eles proferida em lugar político de reconhecimento. Laila Dominique é um exemplo que retrata este contexto. Em 2008, um vídeo² amador seu foi postado no YouTube³. Nele, uma mulher cisgênero e Laila dialogam, sendo que apenas a última aparece no enquadramento da câmera. Em certo trecho, a interlocutora de Laila diz: “Você sabe que uma vez eu vim aqui, eu olhei você por trás, você estava toda bonitinha, toda acinturada. Eu falei: Nossa, que menina bonita...”. Tal fala é interrompida bem-humoradamente por Laila, que afirma: “É *bicha*” – reivindicando para si tal *status*, a fim de desfazer qualquer confusão.

Laila possui vários signos em seu corpo que geram possíveis interpretações sobre sua identidade: seus gestos podem ser lidos como femininos, assim como suas roupas; ela fala de si no feminino; seus braços, seus ombros e alguns traços de seus rostos possuem uma anatomia que se aproxima do que é tido como socialmente masculino. Haveria a possibilidade de lê-la como uma travesti ou uma mulher trans, mas a identidade que surge verbalmente é “*bicha*”, o que é repetido por Laila em situações futuras.

Devido à grande repercussão que seu vídeo teve nas mídias sociais digitais, Laila foi convidada a participar de alguns programas de auditório, como o *Programa Silvio Santos*, no *SBT*. Após dançar, ela é entrevistada pelo apresentador, processo este perpassado por disputas de poder. Ao ser indagada sobre *o que* ela é – homem, mulher ou travesti? –, Laila responde que é “*bicha*”⁴. Essa afirmação gera certo incômodo em Silvio Santos, que não consegue manejar a categoria, já que ela gera rupturas no sistema de sexo/gênero/sexualidade (LOURO, 2018), ao servir como autodenominação. Não sem malícia, o apresentador tenta chamar Laila por seu nome de registro, sugere que ela esqueça “esse negócio” e afirma que tem gente que não gosta de *bicha*. Laila, de maneira subversiva e aparentemente inintencional, mantém seu lugar de *bicha*, por ser não só um corpo abjeto que se dá a ver em um canal televisivo nacional, mas também por expressar discursivamente que ama ser chamada deste modo 24 horas por dia. “*Bicha*” emerge, neste caso, como uma categoria que embaça as (hetero)normas.

A reiteração de Laila ao chamar-se de “*bicha*” parece associar-se ao que Preciado (2014) fundamenta como contrassexualidade, cujas intenções são desconstruir desigualdades de sexo/gênero/sexualidade a partir da renúncia a identidades fixas e determinadas já

² O vídeo original que apresentou Laila Dominique para o público digital tem pouco menos de 1 minuto. Foi gravado por uma mulher em Jaguariúna, município da região metropolitana de Campinas, e replicado inúmeras vezes no YouTube, motivo pelo qual pode ser encontrado em vários *links* diferentes e até com algumas variações e edições. Pelo enquadramento, não é possível concluir se Laila sabia que estava sendo gravada, pois ela olha diretamente para o que se supõe ser a altura dos olhos de sua interlocutora.

³ Disponível em: <<https://youtu.be/rhrIGdCvkXM>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

⁴ Vale ressaltar que a linguagem é viva, histórica, instável e disputada (FOUCAULT, 1996), de modo que, sobretudo na segunda década do século XXI, franjas do movimento trans e travesti têm pedido, além do uso de artigos e adjetivos no feminino para caracterizar a população T, uma demarcação identitária que se afasta dos homens gays e reivindica foco na identidade de gênero, como explica Trevisan (2018). Nesse sentido, há negociações sobre quais termos devem ser utilizados para caracterizar um grupo social, de modo que há pessoas trans e travestis que desejam não ser chamadas de viados ou bichas. Devemos aderir aos modos pelos quais quaisquer pessoas querem ser denominadas para se sentirem respeitadas em suas formas de ser e estar no mundo.

consagradas. Colocar em prática a contrassexualidade passa por vivenciar práticas e performances de sexo/gênero/sexualidade de maneira mais fluida, o que desestabiliza convenções sociais, hierarquias e dicotomias tão presentes na cultura ocidental. É o que Laila demonstra encarnar, em ações e discursos nos quais despontam dimensões de subversão.

Assim como as aparições midiáticas de Laila, diversas outras, também de personalidades que se identificam como bichas, travestis ou viados, ganharam notoriedade entre a população LGBT+. É o caso dos vídeos de Vanessa⁵ e Deborah Palhari⁶, ambas profissionais do sexo entrevistadas em reportagens de telejornalismo do *SBT* por estarem detidas em delegacias. Vanessa narra tranquilamente ao repórter⁷ que foi parar no estabelecimento policial por ter destruído a moto de um cliente, que pagara somente metade do valor acordado entre as partes, equivalente a 20 reais. O modo anasalado com que Vanessa repete “20 reais” torna a expressão uma marca do vídeo e cria um bordão que se propagou muito na internet (e é bastante utilizado até hoje, anos após a publicação do vídeo).

Outro ponto de destaque são os inúmeros termos identitários utilizados. A entrevista começa com o repórter apresentando Vanessa como “um homossexual”, mas, em seguida, esclarecendo que ela “prefere ser chamada de moça”, o que só demonstra a necessidade do repórter em categorizar aquele corpo e a sua grande dificuldade em fazê-lo. Ao narrar a sua versão da história, Vanessa repete a expressão, ao contar que, quando da abordagem, o cliente lhe perguntou se ela era “homossexual”, ao que ela confirmou, apesar de falar de si no feminino em todos os momentos. Ao final da história, ao acusar o cliente mau pagador de ser recorrente contratante do serviço de profissionais do sexo travestis, ela o chama de “maricona” e afirma que ele constantemente pratica atividades sexuais com “viados” da região.

Já Deborah⁸ conta que foi ao motel com dois clientes, que prometeram pagar pela estadia e pelo serviço. Depois de terem mantido relações sexuais com Deborah, no entanto, os rapazes fugiram do local, deixando-a responsável pelo pagamento. Sem dinheiro para fazê-lo, a travesti foi levada à delegacia. Ao ser indagada pelo jornalista sobre o que ela achou dos momentos íntimos que passou com os clientes, Deborah afirma, de-

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BwTiF1jyeDU>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

⁶ Disponível em: <<https://youtu.be/Su4GmL4m3u0>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

⁷ Há várias versões do vídeo que apresentou Vanessa à internet, concentradas fortemente no YouTube. As que acumulam o maior número de visualizações na mídia digital duram pouco mais de 6 minutos e já têm edições em trechos do áudio, como repetições de pequenas partes e ocultação de termos considerados chulos. Na sequência, um repórter entrevista Vanessa, o suposto cliente com quem ela alega ter tido problemas e volta para Vanessa. Ao longo das falas, contudo, o vídeo intercala imagens de Vanessa posando e interagindo com a câmera de forma provocativa. Em alguns momentos, é veiculada também a imagem do cliente, este com o rosto coberto por uma tarja, sempre balançando a cabeça em sinal de negação.

⁸ Os vídeos de Deborah também têm inúmeras versões no YouTube, mas os mais populares, em termos de quantidade de visualizações, têm duração de pouco mais de 3 minutos. Eles contêm o trecho de uma matéria jornalística em que o repórter narra acontecimentos e entrevista Deborah. Ao longo de toda a conversa, mesmo durante a narração do jornalista, a câmera faz closes na expressão de Deborah, como acontece já nos primeiros segundos, quando o repórter apresenta a entrevistada por um nome masculino. Ao ouvi-lo, ela demonstra surpresa e desconforto, o que faz com que ele diga que “Deborah” é seu “nome de guerra”. O jornalista chega a pedir que a câmera foque em seu próprio rosto em um momento. Ao longo da entrevista, a câmera dá especial destaque à moça, que interage de forma provocativa.

monstrando alguma satisfação: “Foi óóótimo” – bordão que caracteriza o vídeo. No mesmo audiovisual, a forma anasalada como Deborah responde com a palavra “Exatamente” às perguntas do repórter deu origem a um bordão que é até hoje muito reproduzido e deu nome a um portal virtual⁹ de notícias e de conteúdo produzidos por jovens LGBT+, de alcance nacional.

Também aqui a forma como a entrevista é conduzida é característica e nos traz algumas reflexões. O repórter apresenta Deborah pelo seu nome de registro, enquanto a câmera capta a sua expressão de gênero feminina, com a evidente intenção de causar choque na esfera telespectadora e situar aquele corpo dentro das identidades sexuais. Não satisfeito, ele diz que ela prefere ser chamada de Deborah, que é o seu “nome de guerra”, mais uma vez orientando a percepção da audiência em direção ao que ele quer que seja destacado: a sua identidade/expressão não normativa.

Ao ser perguntada pelo repórter sobre onde estava com a cabeça quando aceitou sair com dois homens desconhecidos na madrugada, Deborah se apresenta como “viado”, afirmando que “um viado a essa hora da madrugada” já não vê mais quem é quem e nem que horas são. O jeito cômico e tranquilo como Deborah responde às perguntas instiga o repórter, que aumenta as indagações na expectativa de obter declarações impactantes ou engraçadas. Ele, então, pergunta sobre drogas, se ela bebeu (porque estaria “falando mole”), se é aceita pela sua família e até se tem talentos artísticos (se sabe cantar ou dançar). Quando ela afirma ser aceita pela família, o repórter chega a responder: “As outras que morram de inveja” – o que demonstra esforço em tornar aquela cena futuramente propagada na internet, por ver naquele corpo e naquele comportamento um potencial cômico a ser explorado.

Esse formato de reportagem, de exposição de corpos e identidades e, principalmente, essa busca por frases e situações cômicas compõem um formato já há muito explorado e reconhecido. Barbosa (2015) chama a atenção para isso com relação ao YouTube, uma vez que a busca pela palavra “travesti” põe em destaque exatamente um grande número de trechos retirados de programas de jornalismo sensacionalista, em que travestis e mulheres trans, que são profissionais do sexo, são presas ou aguardam atendimento na delegacia em virtude de desentendimentos com clientes. Nesses vídeos, seus corpos, as expressões que utilizam, as formas como se comportam e, de maneira geral, as histórias que produzem são exploradas para fins de comédia. Essa estereotipação é bastante visível e presente nas representações dessas pessoas. Além de reduzir suas histórias, a reprodução dessa imagem pejorativa contribui para o preconceito, na medida em que, aliada à invisibilidade, faz com que apenas uma história seja conhecida. Esses vídeos, como vimos, espalham-se pelas mídias sociais online, reforçando a já arraigada associação que o imaginário brasileiro faz entre pessoas trans/travestis e comportamentos escandalosos e degradantes.

⁹ Disponível em: <<https://ezatamentchy.com.br/>>. Acesso em: 24 maio 2021.

Em contraponto ao formato policialesco, trazemos ainda Luísa Marilac¹⁰, cujo vídeo¹¹ repercutido no YouTube, em 2010, lhe garantiu certa fama. Nele, a travesti está em uma piscina, de biquíni, segura um copo e diz: “Nesse verão, eu resolvi fazer algo de diferente. Decidi ficar na minha casa, na minha piscina, tomando meus bons *drinks*, curtindo esse verão maravilhoso da Europa, da Espanha”. Em seguida, se arrisca em um mergulho um pouco desastrado e finaliza: “E teve boatos que eu ainda estava na pior. Se isso é está na pior, porra, o que que quer dizer estar bem, né?”.

De todas as personalidades aqui trazidas, Luísa é a que conseguiu prolongar por mais tempo a visibilidade que obteve após a grande popularidade de seu vídeo. Ela chegou a publicar um livro (chamado *Eu, travesti*), participou de programas de auditório e gravou vários outros vídeos para o YouTube. Em muitos deles, ela brinca com os conceitos e as identidades aqui discutidos, como no vídeo¹² em que se propõe a ensinar “a língua dos viado” (ou “pajubá”).

As telas são delas: a propagabilidade de expressões trans(-)viadas

As mídias são espaços de tensões, negociações e disputas de poder e representações. No que concerne às práticas de hierarquização de/entre corpos, a esfera midiática não é um ambiente estável e apaziguado; logo, não é exclusivamente reforçadora de normas vigentes ou tão somente questionadora das convenções sociais. A comunicação midiática é uma trama complexa, conflituosa e, por vezes, ambígua; mais que isso, não pode ser pensada em termos de neutralidade e imparcialidade.

[É] preciso considerar os matizes, sem perder de vista o peso que a mídia tem na conformação das representações compartilhadas do mundo social. Os conteúdos não são homogêneos mesmo na mídia empresarial (na chamada “grande imprensa”), os circuitos de comunicação são complexos (não se restringindo, portanto, ao que a “grande imprensa” coloca em circulação em produzindo ruídos e conflitos que têm impacto sobre os processos de significação da realidade social) e, por fim, a recepção é ativa, não permitindo que se considerem as opiniões do público como meros reflexos dos discursos da mídia. Mas isso não elimina, entre outras coisas, a dependência cognitiva dos indivíduos em relação aos meios informativos. As relações que estabelecemos com algumas esferas da vida em sociedade consistem, quase inteiramente – e sistematicamente –, em contatos mediados pelos aparatos técnicos de comunicação, com destaque

¹⁰ A postagem original feita por Luísa em 2010, no YouTube, não está mais disponível, mas o vídeo de 59 segundos foi repostado por ela em 2013, em seu canal na mídia digital. Além desse registro, há inúmeras outras versões (muitas delas editadas) no YouTube, várias com maior número de visualizações, inclusive, que a de Luísa, em razão do espaço temporal que separa as publicações. O vídeo é gravado pela própria Luísa, que inicia as imagens afastando-se da câmera em direção ao meio da piscina. Enquanto fala, Luísa ostenta uma bebida e óculos escuros, que abandona numa borda da piscina para mergulhar. Após o mergulho, ela recupera os itens, arruma o cabelo e se aproxima da câmera e da borda da piscina, onde encerra com a frase que a fez popular.

¹¹ Disponível em: <<https://youtu.be/ONEmpBxM-tA>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

¹² Disponível em: <<https://youtu.be/d7InvyqNX4Y>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

para o jornalismo em alguns casos, como o da política (BIROLI, 2011, p. 88-89).

Desta citação, gostaríamos de pinçar a reflexão sobre como a esfera midiática – por ser um importante ator político – pode incentivar o reforço de ideias e narrativas simplificadoras sobre pessoas LGBT+, sobretudo quando lançamos um olhar para a grande imprensa. “Vozes dissidentes ou ‘desviantes’ de um consenso social tendem a não ser consideradas [no jornalismo]. Quando o são, isso ocorre de modo relativizado, atomizado ou, ainda, secundarizado no contexto noticioso” (MANTOVANI; FREITAS, 2018, p. 77). Sobre isso, as mídias hegemônicas tendem a não abordar com profundidade crítica os problemas pelos quais corpos não cis-heterossexuais passam, ainda que algumas visibilizem desigualdades sociais.

Nas reportagens policiais em que Deborah e Vanessa se apresentam e no programa de auditório em que Laila se expressa, a esfera de produção midiática conforma-se à lógica cis-heteronormativa, tratando os corpos dissidentes ali presentes como exóticos, marginais, caricatos e/ou motivos de riso. Nesses casos, a mídia acaba por naturalizar estereótipos.

Apesar disso, a mídia pode ser espaço de afirmação de modos de existência e subjetividades. Há brechas para que não se reforce visões preconceituosas sobre corpos dissidentes, ainda que a dinâmica de produção midiática seja historicamente desigual em nível de concentração e representações. Deborah, Laila e Vanessa parecem jogar com as relações hierárquicas de gênero e sexualidade, subvertendo e deslocando em algum grau a lógica normativa. Isto parece se intensificar com o compartilhamento de seus vídeos nas mídias sociais digitais, que, apesar de serem ambientes de circulação aguda de discursos de ódio, também permitem que pessoas comuns digam de si e construam suas próprias narrativas de maneira mais horizontal. Destacamos como a esfera da recepção tem um fator de relevância para que a transgressão possa ser ampliada para além de Deborah, Laila e Vanessa.

Cabe fazermos algumas aproximações e distinções quanto aos modos como tais produtos midiáticos foram elaborados. O vídeo de Laila foi gravado e postado em mídias sociais digitais por outro sujeito que não ela. No diálogo, a pessoa que filma aciona dimensão homotransfóbica de deboche e ironia em seu tom de voz, principalmente quando expressa que via Laila de longe e pensava que era uma “menina bonita”, “toda acinturada”. Embora Laila pareça tomar as considerações de sua interlocutora de maneira descontraída, o riso que aparece durante a gravação aponta mais para um “rir de Laila” do que “rir com Laila”. Inferência similar pode ser feita com relação à conversa com Silvio Santos, que em mais de uma vez faz alguma consideração negativa (disfarçada de humor) sobre Laila, ao que o auditório responde com gargalhadas. A produção desses vídeos, pois, coloca Laila como bicha risível, exatamente por desobedecer ao contrato de sexo/gênero/sexualidade.

Vanessa e Deborah também são postas como sujeitos risíveis. Diferentemente da situação de Laila, a produção de seus vídeos é fruto do telejornalismo sensacionalista e policial, que tem como um de seus hábitos o plantão em delegacias, no intuito de presenci-

ar casos criminais vistos como polêmicos e engraçados por parte da recepção. Nesse tipo de “jornalismo”, a população trans/travesti é atrelada à criminalidade e à prostituição, prática transfóbica que objetiva gerar audiência. Por sua vez, Luísa, ainda que tenha feito seu próprio audiovisual, recebeu alguns comentários no mesmo tom zombeteiro em seus vídeos no YouTube, o que também ocorre com as demais personalidades.

Nos casos de Deborah, Laila e Vanessa, há uma dimensão de deboche na produção midiática, um esforço dos repórteres e do apresentador para provocar riso na audiência e posicionar as entrevistadas como um alívio cômico. A intenção recreativa é traçada a partir do não cumprimento daqueles corpos à lógica cis-heteronormativa, como se isso, por si só, fosse motivo de chacota. Contudo, o deboche parece sofrer apropriações e deslocamentos – o que também é feito por Luísa, ao dizer que, ao contrário do que pensavam, ela não está “na pior” –, quando seres considerados abjetos ganham a cena e tornam-se protagonistas. Sua desenvoltura frente às câmeras e às situações por que são interpeladas marca um lugar de ação autônoma e deixa seus interlocutores sem saberem ao certo como agir. O deboche, destaca Trevisan (2018), é uma das formas de subversão cultural que as pessoas que resistem aos sistemas de poder utilizam para transgredir as convenções controladoras e demonstrar descaso pelas normas de gênero e sexualidade. Com isso, sugerimos que a palavra “deboche” tem, ao menos no cenário que analisamos, dois significados: 1) em se tratando do ato levado a fio pelos veículos de comunicação – personificados nas figuras dos repórteres e do apresentador – “deboche” designa zombar ou caçoar de alguém; 2) quanto à postura debochada de Deborah, Laila, Luísa e Vanessa, apontamos o sentido de desconsiderar algo/alguém a partir de ironia e/ou indiferença, uma espécie de deboche do deboche, um contradiboche ao imperativo das convenções sociais. A primeira definição tem qualidades discriminatórias e mantenedoras do *status quo*, enquanto a segunda desestabiliza a primeira.

Laila constantemente se denomina “bicha”, mesmo com as recusas de Silvio Santos; Vanessa exhibe o bico de seu seio para a câmera, assim como Luísa; Deborah diz sem pudores sobre ser profissional de sexo, o que também é feito por Vanessa. Dessa forma, ocupam um lugar de *si*, em vez do lugar de *outro/a*, uma vez que agem a partir de seus próprios parâmetros, vocabulários e maneiras, descumprindo as convenções e as etiquetas sociais. Por serem travestis/trans e/ou serem associadas às profissões do sexo, apresentaram-se como corpos abjetos que reivindicam midiaticamente formas de ser e estar no mundo desprendidas do contrato social da cis-heteronormatividade, de modo que são importantes impulsionadoras do uso político e produtivo dos termos “bicha”, “viado” e “travesti” entre o público que popularizou seus vídeos. Destacamos o grupo composto por pessoas jovens que incorporaram seus bordões e expressões e os mantêm presentes até os dias de hoje, entre pessoas LGBTQ+, seja em conversas cotidianas ou na produção de conteúdo para internet. Elas tornaram visíveis a um grande público expressões transviadas e transviadas. Transviadas porque se desviam da cis-heteronormatividade, adjetivo que empregamos de Bento (2017), ao tentar deslocar os estudos e o ativismo *queer* para um contexto brasileiro. Trans-viadas porque marcam um lugar trans, travesti e/ou viado.

Quando essas pessoas são colocadas (em destaque) nesse lugar de estranheza e de sátira, tornam-se vulneráveis ao escárnio dos sujeitos que se acham únicos, que se colo-

cam no lugar da norma e, assim, veem o diferente como “outro/a”. O esvaziamento da narrativa desse/a outro/a mantém a sua existência em um lugar passível de destruição, de silenciamento e de espetáculo. A luta contra os efeitos desse silenciamento é o que modernamente chamamos de “empoderamento”. Esse fenômeno que enfrenta o movimento de supressão das vidas e vozes ressignifica corpos, narrativas, crenças e afetos (TEIXEIRA, 2019), o que, nos casos supracitados, guarda relação com o ambiente midiático digital.

Quanto às similaridades, essas aparições midiáticas tiveram e têm em comum um alto grau de propagabilidade. Este conceito, discutido por Jenkins, Green e Ford (2014), demonstra que o compartilhamento de conteúdo é coletivo e participativo, de modo que públicos o disseminam, sobretudo nas mídias sociais digitais, por motivos próprios, que por vezes escapam das intenções de quem o produziu. Levar em conta o modo como determinado conteúdo é recebido a partir da lógica da propagabilidade põe em foco que a recepção é um processo descontrolado, o qual pode envolver diversas apropriações e recirculações. Cada grupo, com suas particularidades identitárias, propaga textos midiáticos a partir de seus interesses compartilhados.

O legado de Laila, Vanessa, Deborah e Luísa: inspirações que perderam

Os vídeos de Laila, Vanessa e Deborah parecem ter sido gravados por seus produtores com intenção de provocar o riso debochado, o que demarca um objetivo homotransfóbico. Parte da recepção do audiovisual de Luísa, desenvolvido por ela própria, também fluiu nessa direção. Contudo, ao serem propagados nas mídias sociais digitais, com destaque para o YouTube, tais produtos audiovisuais foram apropriados por grupos LGBT+ de outro modo. Não riem *de* Laila, Vanessa, Deborah e Luísa, mas *com* elas. Ainda que, nesses casos, contornos de humor se mantenham, os traços de deboche se deslocam. Viram nelas inspirações, não à toa possamos considerar tais peças como essenciais para a formação de certo repertório LGBT+ contemporâneo. Nesse sentido, “alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual [e de gênero] e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques” (LOURO, 2018, p. 26). Deboche e aclamação convivem nessa trama midiática.

Na cultura da convergência em que vivemos, as mídias tradicionais (como jornal, televisão e rádio) e as mídias digitais (como YouTube, Facebook e Instagram) interagem entre si de forma não linear, misturando a lógica mais unilateral e planejada das primeiras com as características mais multilaterais e imprevisíveis das segundas. Em tal movimento, consumidores/as recebem conteúdo e também o (re)criam, o que antes era essencialmente restrito a produtores/as de mídias tradicionais (JENKINS, 2009). Por meio da internet, smartphones e mídias sociais digitais, sujeitos comuns podem desenvolver produções sobre si a partir de suas perspectivas (ZILLER, 2012), alcançando outros sujeitos comuns e, até mesmo, grandes corporações midiáticas.

À semelhança de Laila, que foi convidada a participar do *Programa Silvio Santos*, Deborah e Luísa também estiveram presentes em programas de auditório, como no *Programa do Ratinho* (SBT) e no *Programa Eliana* (SBT), respectivamente. Isso ocorreu após

seus vídeos terem alta disseminação nas mídias sociais digitais, de modo que há um movimento no qual o conteúdo flui do digital para as mídias tradicionais, mas não somente. O vídeo de Deborah, por exemplo, foi produzido no telejornalismo, transferido para o YouTube e compartilhado em outras mídias sociais digitais. Esse compartilhamento gerou alta visibilidade a ponto de a personalidade ser chamada para uma entrevista televisiva. Na cultura da convergência, o conteúdo flui desorganizadamente por diversas mídias, o que não nos impede de reconhecer que o potencial de propagabilidade das mídias digitais fez com que Laila, Vanessa, Deborah e Luísa alcançassem outro nível, passando de seres abjetos risíveis para referências entre o público LGBTQ+. Isto é reforçado por comentários nos vídeos do YouTube que aqui apresentamos, nos quais são chamadas de “divas”, “atemporais” e “ícones”.

Nos produtos audiovisuais em questão, apresentam-se bordões que ainda se propagam pelas mídias e fora delas. Ainda no final dos anos 2000 e no início dos anos 2010, tais expressões sedimentaram a base de um repertório afetivo-subjetivo LGBTQ+, que deve ao uso do digital, sobretudo do YouTube, sua disseminação. O fato de essas falas serem reproduzidas e recontextualizadas na contemporaneidade mostra a potencialidade de registro das mídias sociais digitais, que podem ser importantes forças para que identidades, vocabulários e pertencimentos LGBTQ+ se preservem temporalmente (MEDEIROS, 2020). Midiaticamente, essas referências podem ser revisitadas na atualidade, o que se mostra evidente em certos comentários dos vídeos do YouTube que analisamos, como: “Quem Tá Assistindo Em 2018?”, “Quem está assistindo em 2019?”, “Ótimo vídeo, alguém em 2020?”. Laila, Vanessa, Deborah e Luísa abriram e ainda hoje abrem espaço para que outros/as pudessem e possam ocupar lugares de rompimento com o sistema de sexo/gênero/sexualidade, inclusive quem se encontra em contextos menos marginalizados.

A grande visibilidade midiática, que ultrapassa algumas barreiras regionais, étárias e até sociais, leva essas identidades e personalidades para públicos muito distintos, provocando riso, mas também reflexão e inspiração. De acordo com Medeiros e Dias (2019, p. 246), “em decorrência da disseminação de conteúdo gerada pelas redes sociais digitais, identidades ora pouco vistas e valorizadas ganham repercussão e são (re)produzidas, apropriadas e ressignificadas”, de modo que partes da audiência podem, por inspiração, transgredir as normas.

Bento (2017, p. 45-47) destaca a ausência de “correspondência linear e imediata” entre o “mundo da vida vivida” e o mundo acadêmico, o que dificulta muito a demarcação de onde estão os velhos e onde começam os novos sujeitos. Levar determinados (“novos”) sujeitos para as discussões acadêmicas não é o mesmo que os “parir”. Ao contrário, a chegada ao mundo acadêmico é sinal de que esses sujeitos já estão há muito tempo construindo seus corpos, sentidos e identidades “no mundo da vida vivida”, nas telas eletrônicas e digitais de uma variedade de pessoas.

Apontamentos finais

Neste artigo, visamos compreender de que forma produções em vídeo de pessoas trans/travestis, propagadas e popularizadas online, inspira(ra)m subversivamente a ressignificação de injúrias. Trevisan (2018) explica que a conversão de termos pejorativos

em autodenominação política – como “bicha” e “viado” – já era praticada entre sujeitos LGBT+ na segunda metade do século XX, de modo que as expressões usadas por Laila, Vanessa, Deborah e Luísa, em seus vídeos, guardam uma historicidade. Vale sublinhar, contudo, que a propagabilidade de tais audiovisuais nas mídias digitais, sobretudo no YouTube, amplia as possibilidades de alcance, chegando a diversas pessoas de diferentes localidades e temporalidades. Essas pessoas, que veem inspiração e identificação nos vídeos, incorporam coletivamente os elementos ali presentes, os quais passam a fazer parte de um repertório afetivo-subjetivo LGBT+.

A inspiração em Laila, Vanessa, Deborah e Luísa é provocada em decorrência da forma como elas agem diante das câmeras: com protagonismo, já que acionam formas próprias de ser e estar no mundo, menos um “outro/a” e mais um “si”. Apesar de a esfera de produção midiática tentar inferiorizá-las, a autonomia com que performam e/ou respondem a quem as interpela, desobedecendo aparentemente de modo desprezioso a cis-heteronormatividade, coloca-as no centro das atenções. Além disso, ao se caracterizarem por termos ora entendidos como injuriosos, convertem insultos em potência.

Dito isso, os vídeos de Laila, Vanessa, Deborah e Luísa inspiram usos subversivos de ofensas por várias razões: 1) elas, como seres abjetos e ininteligíveis culturalmente, ganham visibilidade e manejam sua aparição a partir de seus próprios interesses; 2) os vídeos, postados em mídias digitais, ganham a chance de serem vistos por mais pessoas; 3) parte destas reconhece que as estéticas e os vocabulários das quatro dão a ver o fracasso da cis-heteronormatividade e de suas tentativas de regravar os corpos a partir de injúrias; 4) o que gera identificação e inspiração, de modo que desenvolvem um papel ativo na propagabilidade dos audiovisuais.

Ao dominarem as cenas e narrativas de maneira a conquistar parte do público, Laila, Vanessa, Deborah e Luísa entraram nas casas e vidas das pessoas e colocaram suas performances trans(-)viadas em foco. Mais do que dar novos sentidos aos termos, elas ressignifica(ra)m os contextos e as situações de humor em que foram inseridas, abrindo caminho para uma série de outras personalidades afins fazerem o mesmo. Nós, enquanto homens cisgêneros viados, fomos e somos por elas inspirados.

Referências

ABGLT. *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba, 2016. 85 p.

BARBOSA, Bruno Cesar. *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. 2015. 189 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, 2015.

BENEVIDES; Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 71-98, jul./dez. 2011.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 Edições, Crocodilo Edições, 2019.

_____. *Corpos que ainda importam*. In: COLLING, Leandro (Org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-42.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONNELL, Raewyn. *Masculinidades*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2019.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

_____.; GREEN, Joshua; FORD, Sam. *Cultura da conexão*. São Paulo: Aleph, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MANTOVANI, Denise; FREITAS, Viviane Gonçalves. Quando a mídia pauta a transexualidade: abordagens controladas de contra-discursos. In: BARROS, Charlini Torquato Gonçalves; CARRERA, Fernanda Ariane Silva (Orgs.). *Mídia e diversidade: caminhos para reflexão e resistência*. João Pessoa: Xerocá, 2018. p. 68-97.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, maio/out. 2016.

MEDEIROS, Ettore. Disputas ideológicas de passados, conflitos políticos em torno da tradição: a emergência da identidade criança viada na contemporaneidade brasileira. In: MEDEIROS, Ettore; FONSECA; Gregório (Orgs.). *Experiências culturais do tempo: mídia, memória, nostalgia e tradição*. Belo Horizonte: UFMG, 2020. p. 53-70.

_____.; DIAS, Juarez. Viado poc star: masculinidades (in)subordinadas e periféricas nas performances de Saullo Berck no Youtube. In: SATLER, Lara Lima et al (Orgs.). *Performances, mídia e cinema*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. p. 229-249.

NOGUEIRA, Gilmaro. Não sou homossexual, sou bicha! In: COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro (Orgs.). *Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero*. Salvador: Devires, 2017. p. 105-110.

NONATO, Murillo. *Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes*. Salvador: Devires, 2020.

PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais*. Curitiba: Appris, 2020a.

_____. *Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. Curitiba: Appris, 2020b.

PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

‘QUEM MATOU Dandara foi o Estado’, diz ativista Helena Vieira. *G1*, Fortaleza, 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/quem-matou-dandara-foi-o-estado-diz-ativista-helena-vieira.ghtml>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

TEIXEIRA, Thiago. *Inflexões éticas*. Belo Horizonte: Senso, 2019.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WARNER, Michael. *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2016.

ZILLER, Joana. Expressões antropofágicas: apropriação e recriação de vídeos no YouTube. *Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 741-758, set./dez. 2012.

Ettore Stefani de Medeiros

Doutorando e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pesquisas relacionadas a cultura LGBTQIA+, ódios e plataformas digitais. Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui MBA em Marketing Digital pelo Instituto de Gestão em Tecnologia da Informação (IGTI). É professor de pós-graduação *lato sensu* na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e no Ibmec. Autor do livro *Te(n)sões entre homens: homofobias e preconceitos entre masculinidades em aplicativos de encontro gay*.

Caio Benevides Pedra

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP), com pesquisas relacionadas ao acesso à cidadania por pessoas LGBTQIA+. Bacharel em Direito e especialista em Direito Administrativo e em Gestão de Instituições Federais de Ensino Superior, também pela UFMG. Membro da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG) e do programa de extensão Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero da UFMG (Diverso-UFMG). Autor dos livros *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil* e *Direitos LGBT+: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. Atualmente, é chefe da assessoria do Sistema Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte.